



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001985-16.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**  
 Exequente: **ESPÓLIO DE ANTONIETA AFFONSO e outro**  
 Executado: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Não há que se falar em suspensão do processo. Como já dito anteriormente já há, nos autos, sentença transitada em julgada, sendo que as questões referentes a este feito já se encontram superadas.

Nos termos da ordem de sobrestamento do E. STJ, no tema 948, "a suspensão abrange todos os processos que se encontrem em fase de liquidação ou de cumprimento de sentença, nos quais a questão acima destacada tenha surgido e ainda não tenham recebido solução definitiva", o que não é o caso dos autos.

Desta maneira, diante da penhora on-line do valor devido, nos termos do cálculo judicial já homologado, **JULGO EXTINTA**, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC.

Com o trânsito em julgado, desta decisão, expeça-se guia de levantamento em favor da parte exequente, referente aos depósitos efetuados em juízo (fl. 392).

Cumpridas as determinações, dê-se baixa com as anotações de praxe e remeta-se ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 14 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**